



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores de automóveis e aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 399,6 milhões, correspondendo a R\$ 17.059,05 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3,0 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 7,46% sobre o PL médio. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Em setembro e dezembro de 2014 foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, respectivamente no montante de R\$ 147,0 milhões, pago em 26.12.2014 e 30.0 milhões, a ser pago até 31.12.2015.

Em 31 de dezembro, o total de Ativos somava R\$ 89,9 bilhões, destacando-se R\$ 55,2 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 4,1 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 62,8 bilhões de Debêntures e R\$ 144,2 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 2,9 bilhões. A Instituição possuiu 429.516.170 debêntures de sua própria emissão em tesouraria no valor de R\$ 5,5 bilhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

## BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

	2014	2013		2014	2013
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>82.221.713</b>	<b>73.372.525</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.128.300</b>	<b>1.759.152</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	4.874	-	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12a)	65.688	87.910
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	55.222.801	57.064.819	FINAME	65.688	87.910
Aplicações no Mercado Aberto	31.578.957	25.914.189	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.062.612	1.671.242
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.643.844	31.150.630	Sociais e Estatutárias	25.500	178.500
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	26.817.834	16.203.222	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	116.863	116.982
Carteira Própria	26.760.319	15.562.286	Diversas (Nota 14b)	920.249	1.375.760
Vinculados à Prestação de Garantias	57.515	640.936			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(71.431)	(118.525)			
Operações de Arrendamentos a Receber:			<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>85.805.987</b>	<b>76.812.958</b>
- Setor Privado	1.870.326	2.384.431	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	<b>82.840.407</b>	<b>73.919.334</b>
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.798.520)	(2.283.549)	Recursos de Debêntures	82.840.407	73.919.334
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(143.237)	(219.407)	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12a)	78.557	114.597
OUTROS CRÉDITOS	207.951	186.701	FINAME	78.557	114.597
Rendas a Receber (Nota 8a)	42	33	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.887.023	2.779.027
Diversos (Nota 8b)	207.950	186.761	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	805.926	639.932
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	26.817.834	(41)	Diversas (Nota 14b)	2.081.097	1.939.095
OUTROS VALORES E BENS	39.684	36.308			
Outros Valores e Bens	96.032	87.019	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)</b>	<b>2.983.225</b>	<b>4.563.677</b>
Provisões para Desvalorizações	(56.348)	(50.711)	Capital:		
			- De Domiciliados no País	2.290.000	2.290.000
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>655.515</b>	<b>1.357.301</b>	Reservas de Lucros	693.225	2.273.668
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	806	807.627	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	9
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	806	807.627			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(90.381)	(166.311)			
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Privado	2.158.112	2.778.055			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.157.939)	(2.777.543)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(90.554)	(166.823)			
OUTROS CRÉDITOS	744.479	715.222			
Diversos (Nota 8b)	744.479	715.257			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(35)			
OUTROS VALORES E BENS	611	763			
Despesas Antecipadas	611	763			
			<b>TOTAL</b>	<b>89.917.512</b>	<b>83.135.787</b>
<b>PERMANENTE</b>	<b>7.040.284</b>	<b>8.405.961</b>			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	50.451	47.324			
Participações em Coligadas:					
- No País	43.636	40.509			
Outros Investimentos	26.394	26.394			
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	3.823	4.716			
Imóveis de Uso	25.056	25.056			
Outras Imobilizações de Uso	155	155			
Depreciações Acumuladas	(21.388)	(20.495)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7i e 10)	6.986.010	8.353.921			
Bens Arrendados	10.546.184	12.378.038			
Depreciações Acumuladas	(3.560.174)	(4.024.117)			
<b>TOTAL</b>	<b>89.917.512</b>	<b>83.135.787</b>	<b>TOTAL</b>	<b>89.917.512</b>	<b>83.135.787</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.620.011</b>	<b>10.870.625</b>	<b>8.781.391</b>	<b>779.025</b>
Operações de Crédito (Nota 7g)	49.731	95.357	83.808	(84.506)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h)	1.389.794	2.904.445	3.521.729	(98.223)
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	4.180.486	7.870.823	5.175.854	(39.818)
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.298.400</b>	<b>10.184.394</b>	<b>8.002.366</b>	<b>42.201</b>
Operações de Captações no Mercado (Nota 11c)	4.258.082	7.937.993	5.194.726	(38.704)
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b)	2.580	6.038	10.300	(42.201)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h)	1.143.514	2.372.727	2.887.017	(89.678)
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7i e g)	(105.776)	(132.364)	(89.678)	(89.678)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>64.611</b>	<b>686.231</b>	<b>779.025</b>	<b>779.025</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(64.306)</b>	<b>(98.223)</b>	<b>(84.506)</b>	<b>(84.506)</b>
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(27.589)	(46.830)	(39.818)	(39.818)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(18.213)	(38.704)	(42.201)	(42.201)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	1.661	3.157	2.201	2.201
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	31.556	61.942	53.450	53.450
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(41.721)	(75.788)	(58.138)	(58.138)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>267.305</b>	<b>590.008</b>	<b>694.519</b>	<b>694.519</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)</b>	<b>(22.463)</b>	<b>(41.096)</b>	<b>(36.799)</b>	<b>(36.799)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>244.842</b>	<b>548.912</b>	<b>657.720</b>	<b>657.720</b>
<b>PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)</b>	<b>(26.749)</b>	<b>(149.355)</b>	<b>(205.890)</b>	<b>(205.890)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(26.749)</b>	<b>(149.355)</b>	<b>(205.890)</b>	<b>(205.890)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>218.093</b>	<b>399.557</b>	<b>451.830</b>	<b>451.830</b>
Número de ações (Nota 15a)	23.422	23.422	23.422	23.422
Lucro por ação em R\$	9.311,46	17.059,05	19.290,84	19.290,84

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>				
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>244.842</b>	<b>548.912</b>	<b>657.720</b>	<b>657.720</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b>	<b>1.030.397</b>	<b>2.226.186</b>	<b>2.814.518</b>	<b>2.814.518</b>
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(105.776)	(132.364)	(89.678)	(89.678)
Depreciações e Amortizações	903.409	1.936.470	2.434.369	2.434.369
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	12.584	22.442	14.676	14.676
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.661)	(3.157)	(2.201)	(2.201)
Insuficiência de Depreciação	198.402	359.747	418.702	418.702
Perda na Alienação de Bens Não de Uso Próprio	4.745	6.593	5.815	5.815
Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	18.694	36.455	32.835	32.835
<b>Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>1.275.239</b>	<b>2.775.098</b>	<b>3.472.238</b>	<b>3.472.238</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.215.925	(4.673.546)	(17.825.803)	(17.825.803)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(10.320.117)	(10.614.653)	10.714.896	10.714.896
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(46.602)	(92.912)	(31.116)	(31.116)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(11.004)	9.253	(7.039)	(7.039)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(39.458)	(58.262)	(66.431)	(66.431)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(250.725)	(310.045)	(90.923)	(90.923)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(73.693)	(193.278)	(400.508)	(400.508)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>(5.249.435)</b>	<b>(113.584)</b>	<b>(4.234.686)</b>	<b>(4.234.686)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>				
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	27	27	7	7
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(711.490)	(1.777.202)	(2.664.871)	(2.664.871)
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	410.010	836.920	920.894	920.894
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(42.714)	(70.015)	(53.073)	(53.073)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	27.592	36.460	39.075	39.075
Dividendos Recebidos	-	21	20	20
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos</b>	<b>(316.575)</b>	<b>(973.789)</b>	<b>(1.757.948)</b>	<b>(1.757.948)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>				
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	5.247.526	8.921.073	6.244.327	6.244.327
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(124.950)	(2.106.450)	(138.212)	(138.212)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos</b>	<b>5.122.576</b>	<b>6.814.623</b>	<b>6.106.115</b>	<b>6.106.115</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(443.434)</b>	<b>(7.317.511)</b>	<b>113.481</b>	<b>113.481</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	9.170.483	16.044.560	15.931.610	15.931.610
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	8.727.049	8.727.049	16.044.560	16.044.560
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(443.434)</b>	<b>(7.317.511)</b>	<b>113.481</b>	<b>113.481</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil	Capital Social			Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados		
	Legal	Estatutária	Própria	Legal	Estatutária	Própria	Própria	Acumulados	Totais			
<b>Eventos</b>												
<b>Saldos em 30.6.2014</b>	<b>2.290.000</b>	<b>218.609</b>	<b>390.425</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>2.899.051</b>						
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(17)	-	(17)						
Reversão de Dividendos Provisionados no 1º Semestre de 2014	-	-	43.098	-	-	43.098					43.098	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-		218.093			218.093	
Destinações - Reservas	-	10.905	30.188	-	-	-		(41.093)			(41.093)	
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-		(177.000)			(177.000)	
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	<b>2.290.000</b>	<b>229.514</b>	<b>463.711</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>2.983.225</b>						
<b>Saldos em 31.12.2012</b>	<b>1.627.800</b>	<b>186.945</b>	<b>2.507.093</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>4.321.857</b>						
Aumento de Capital com Reservas	662.200	-	(662.200)	-	-	-		-			-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(10)	-	(10)		-			(10)	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-		451.830			451.830	
Destinações - Reservas	-	22.591	219.239	-	-	-		(241.830)			(241.830)	
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-		(210.000)			(210.000)	

...continuação



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

**l) Investimentos**  
Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

**j) Imobilizado de uso**  
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

**k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**  
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

**l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:  
• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;  
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;  
• Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e  
• Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 13.

**m) Outros ativos e passivos**  
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* da).

**6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**  
**a) Classificação por categoria e prazos**

	2014				2013			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
<b>Títulos (1)</b>								
<b>Títulos para negociação (3)</b>	<b>24.307.005</b>	<b>241.522</b>	<b>503.151</b>	<b>1.766.156</b>	<b>24.307.005</b>	<b>241.522</b>	<b>503.151</b>	<b>1.766.156</b>
Letras financeiras do tesouro	149.377	241.522	503.151	1.593.045	-	-	-	-
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	165.386	-	-	-	165.386
Letras do tesouro nacional	1.648.393	-	-	7.725	1.656.118	-	-	1.656.118
Notas do tesouro nacional	22.509.235	-	-	-	22.509.235	-	-	22.509.235
<b>Títulos disponíveis para venda (4)</b>								
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total em 2014</b>	<b>24.307.005</b>	<b>241.522</b>	<b>503.151</b>	<b>1.766.156</b>	<b>24.307.005</b>	<b>241.522</b>	<b>503.151</b>	<b>1.766.156</b>
<b>Total em 2013</b>	<b>15.181.568</b>	<b>28.919</b>	<b>311.638</b>	<b>681.097</b>	<b>15.181.568</b>	<b>28.919</b>	<b>311.638</b>	<b>681.097</b>

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, os investimentos em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco somavam R\$ 26.760.319 mil (2013 - R\$ 15.562.255 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante;

(4) Em 2014 e 2013, não foram reconhecidas perdas por *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda;

(5) A marcação a mercado dos títulos para negociação foi registrada em contas de resultado, enquanto a dos títulos disponíveis para venda, foram registradas no patrimônio, líquidos dos impostos.

**b) Resultado de títulos e valores mobiliários**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	6.037.189	3.813.487
Títulos de renda fixa	47.626	17.433
Títulos de renda variável	24	-
Fundos de investimento	1.785.984	1.344.934
<b>Total</b>	<b>7.870.823</b>	<b>5.175.854</b>

**c) Instrumentos financeiros derivativos**  
A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

**Análise de sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08**

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

**Carteira *Trading*:** composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, delidadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações delidadas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

**Carteira *Banking*:** composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. De acordo com a natureza das suas atividades, a Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil possui em seu portfólio apenas operações classificadas na Carteira *Banking*.

Fatores de riscos	R\$ mil					
	Dezembro/2014			Dezembro/2013		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em Reais		Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros			Exposições sujeitas à variação do preço de ações	
Renda variável	(158)	(49.676)	(95.452)	(252)	(70.974)	(136.479)
<b>Total sem correlação</b>	<b>(158)</b>	<b>(49.676)</b>	<b>(95.452)</b>	<b>(252)</b>	<b>(70.979)</b>	<b>(136.488)</b>
<b>Total com correlação</b>	<b>(158)</b>	<b>(49.676)</b>	<b>(95.452)</b>	<b>(252)</b>	<b>(70.975)</b>	<b>(136.481)</b>

Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

**Cenário 1:** Com base nas informações de mercado (BMA&FBovespa, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.14 a taxa prefixada de 1 ano aplicada foi de 12,97% a.a.

**Cenário 2:** Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.14 a taxa prefixada de 1 ano aplicada foi de 16,20% a.a.

**Cenário 3:** Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.14 a taxa prefixada de 1 ano aplicada foi de 19,44% a.a.

	Curso anormal						Total em	
	Parcelas vencidas						2014	2013
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(C)	(C)
Operações de arrendamento mercantil	14.970	15.419	13.285	37.274	59.934	108.474	249.356	311.585
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total em 2014</b>	<b>14.970</b>	<b>15.419</b>	<b>13.285</b>	<b>37.274</b>	<b>59.934</b>	<b>108.474</b>	<b>249.356</b>	<b>311.585</b>
<b>Total em 2013</b>	<b>18.304</b>	<b>18.893</b>	<b>15.886</b>	<b>45.813</b>	<b>74.843</b>	<b>137.846</b>		<b>311.585</b>

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

**d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014	%	2013	%
Maior devedor	66.307	1,6	61.652	1,2
Vinte maiores devedores	477.743	14,0	522.632	10,0

**e) Setor de atividade econômica (1)**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014	%	2013	%
	4.146.699	100,0	5.232.983	100,0
<b>Setor privado</b>	<b>4.146.699</b>	<b>100,0</b>	<b>5.232.983</b>	<b>100,0</b>
<b>Indústria</b>	<b>804.606</b>	<b>19,4</b>	<b>1.034.101</b>	<b>19,8</b>
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	154.468	3,7	221.677	4,2
Alimentícia e bebidas	119.388	2,9	152.050	2,9
Extração de minerais metálicos e não metálicos	56.381	1,4	82.497	1,6
Química	63.722	1,5	66.739	1,3
Edição, impressão e reprodução	51.821	1,2	69.508	1,3
Artigos de borracha e plásticos	73.669	1,8	88.819	1,7
Materiais não metálicos	52.125	1,3	74.956	1,4
Móveis e produtos de madeira	59.483	1,4	64.128	1,2
Têxtil e confecções	33.144	0,8	43.273	0,8
Autopeças e acessórios	38.817	0,9	54.692	1,0
Eletroeletrônica	25.768	0,6	38.603	0,7
Refino de petróleo e produção de álcool	15.828	0,4	8.986	0,2
Papel e celulose	16.418	0,4	21.856	0,4
Artefatos de couro	14.539	0,4	7.568	0,1
Veículos leves e pesados	13.970	0,3	16.434	0,3
Demais industriais	15.065	0,4	22.315	0,4

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

**f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco**

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				%	Provisão mínima requerida				
		Curso normal	Curso anormal	Total (1)	%		Específica		Total	%	
							Vencidas	Vincendas			Genérica
		2014	2013	2014	2013		2014	%	2013	%	
AA	-	95.665	-	95.665	2,3	-	-	-	-	-	-
A	0,5	458.229	-	458.229	11,1	-	-	2.291	2.291	1,0	2.545
B	1,0	3.199.685	9.815	3.209.500	77,4	5	93	31.997	32.095	13,7	14.667
C	3,0	6.623	55.178	61.801	1,5	143	1.511	1.999	1.853	0,8	76.794
<b>Subtotal</b>		<b>3.760.202</b>	<b>64.993</b>	<b>3.825.195</b>	<b>92,3</b>	<b>148</b>	<b>1.604</b>	<b>34.487</b>	<b>36.239</b>	<b>15,5</b>	<b>93.006</b>
D	10,0	17.543	52.022	69.565	1,7	688	4.514	1.754	6.956	3,0	24.186
E	30,0	4.920	27.244	32.164	0,8	1.474	6.700	1.476	9.650	4,1	19.854
F	50,0	29.475	35.255	64.730	1,6	2.761	14.867	14.738	32.366	13,8	24.154
G	70,0	1.224	20.188	21.412	0,5	3.369	10.762	857	14.988	6,4	17.607
H	100,0	18.463	115.170	133.633	3,1	38.080	77.090	18.463	133.633	57,2	207.551
<b>Subtotal</b>		<b>71.625</b>	<b>249.879</b>	<b>321.504</b>	<b>7,7</b>	<b>46.372</b>	<b>113.933</b>	<b>37.288</b>	<b>197.593</b>	<b>84,5</b>	<b>292.352</b>
<b>Total em 2014</b>		<b>3.831.827</b>	<b>314.872</b>	<b>4.146.699</b>	<b>100,0</b>	<b>46.520</b>	<b>115.537</b>	<b>71.775</b>	<b>233.832</b>	<b>100,0</b>	
%		92,4	7,6	100,0		19,9	49,4	30,7			
<b>Total em 2013</b>		<b>4.843.889</b>	<b>389.094</b>	<b>5.232.983</b>	<b>100,0</b>	<b>52.514</b>	<b>143.887</b>	<b>189.957</b>	<b>307</b>	<b>100,0</b>	<b>386.358</b>
%		92,6	7,4	100,0		13,6	37,2	49,2			<b>100,0</b>

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

**g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
<b>Saldo inicial</b>	<b>386.358</b>	<b>499.668</b>
Constituição/(reversão) de provisão	(132.364)	(89.678)
Baixas para prejuízo	(20.162)	(23.632)
<b>Saldo final</b>	<b>233.832</b>	<b>386.358</b>
- Provisão específica (1)	162.057	196.401
- Provisão genérica (2)	71.775	189.957
<b>Recuperação de créditos baixados como prejuízo (3)</b>	<b>95.357</b>	<b>83.808</b>
<b>Renegociação de créditos no exercício</b>	<b>50.459</b>	<b>98.293</b>

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

**n) Eventos subsequentes**  
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:  
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e  
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

**4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional	4.874	-
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>4.874</b>	<b>-</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	8.722.175	16.044.560
<b>Total caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.727.049</b>	<b>16.044.560</b>

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

**a) Vencimentos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
	2014	2013						
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>								
<b>Posição bancada</b>	<b>10.004.904</b>	<b>1.479.395</b>	<b>2.212.932</b>	<b>14.628.489</b>				



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(5.845.460)	(6.689.958)
Superveniência de depreciação (Nota 3f - V).....	2.285.286	2.665.841
<b>Total da depreciação acumulada</b> .....	<b>(3.560.174)</b>	<b>(4.024.117)</b>
<b>Imobilizado de arrendamento.....</b>	<b>6.986.010</b>	<b>8.353.921</b>

A Bradesco Leasing apurou no período insuficiência de depreciação no montante de R\$ 380.555 mil (2013 - insuficiência de R\$ 437.686 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ 20.808 mil (2013 - R\$ 18.984 mil) com a realização de superveniência classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 359.747 mil (2013 - R\$ 418.702 mil) em resultado do período.

### 8) OUTROS CRÉDITOS

#### a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Dividendos.....	42	33
<b>Total</b> .....	<b>42</b>	<b>33</b>

Empresas	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %		Lucro líquido ajustado		Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
	2014	2013	2014	2013	Ações	Cotas	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Aquarius Holdings Ltda. ....	37.400		71.841		-		7,293		19.500	4.599	14.009	13.121	897	648
Serel Participações em Imóveis S.A. ....	260.000		1.693.462		257		-		1.7807	126.732	29.627	27.388	2.260	1.553
<b>Total</b> .....											<b>43.636</b>	<b>40.509</b>	<b>3.157</b>	<b>2.201</b>

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável.

### b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Aplicações por incentivos fiscais.....	25.989	25.989
Títulos patrimoniais.....	3	3
Outros investimentos.....	402	402
<b>Subtotal</b> .....	<b>26.394</b>	<b>26.394</b>
Provisão para perdas em outros investimentos.....	(19.579)	(19.579)
<b>Total</b> .....	<b>6.815</b>	<b>6.815</b>

### 10) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

Imóveis de uso:	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2014	2013
Terras.....		2.713	-	2.713	2.714
Edificações.....	4%	22.343	(21.233)	1.110	2.002
Outras imobilizações de uso.....	20%	155	(155)	-	-
Imobilizado de arrendamento.....		10.546.184	(3.560.174)	6.986.010	8.353.921
<b>Total em 2014</b> .....		<b>10.571.395</b>	<b>(3.581.562)</b>	<b>6.989.833</b>	<b>8.353.921</b>
<b>Total em 2013</b> .....		<b>12.403.249</b>	<b>(4.044.612)</b>	<b>8.358.637</b>	<b>8.358.637</b>

### 11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Depósitos Interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Valor contábil	
				2014	2013
Fevereiro/2005 (1).....	4.000.000	2025	100% CDI	11.833.754	10.679.623
Fevereiro/2005 (2).....	4.050.000	2025	100% CDI	11.976.189	10.808.166
Fevereiro/2005 (3).....	8.775.000	2025	100% CDI	25.857.089	23.376.285
Janeiro/2008 (4).....	6.750.000	2028	100% CDI	13.222.998	11.953.483
Junho/2011 (5).....	4.750.000	2016	100% CDI	6.541.627	5.903.631
Junho/2011 (5).....	4.750.000	2021	100% CDI	6.458.660	5.828.754
Outubro/2012 (6).....	10.000.000	2032	100% CDI	6.950.090	5.369.392
<b>Total</b> .....	<b>43.075.000</b>			<b>82.840.407</b>	<b>73.919.334</b>

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 53.333 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 15.799 mil.
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 72.520 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 21.483 mil.
- Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:
  - Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2006, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 465.395 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 137.868 mil.
  - Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:
    - Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 113.547 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 22.281 mil.
    - Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:
      - Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 113.547 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 22.281 mil.
      - Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:
        - Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 113.547 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 22.281 mil.
        - Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:
          - Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 113.547 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 22.281 mil.
          - Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:
            - Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 113.547 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 22.281 mil.
  - Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10,0 bilhões, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10,0 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 427.606.487 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 5.192.063 mil.

#### b) Repactuação de debêntures

Em 2 de janeiro de 2013, houve a repactuação das debêntures, relativa à 5ª emissão com vencimento para 2028, conforme AGE do Conselho de Administração, realizada em 4 de dezembro de 2012, deliberando:

- Juros Remuneratórios: a partir de 2 de janeiro de 2013 e até 2 de janeiro de 2028, as Debêntures renderão juros equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), expressas na forma porcentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, incidente sobre o valor nominal da debênture, *pro rata temporis*.
- Escriturar: que permaneçam inalteradas todas as demais características das Debêntures.

### 12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PÁIS

#### a) Obrigações por repasses

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2014	2013
FINAME.....	6.886	12.340	17.164	29.298	57.989	20.568	144.245	202.507
<b>Total em 2014</b> .....	<b>6.886</b>	<b>12.340</b>	<b>17.164</b>	<b>29.298</b>	<b>57.989</b>	<b>20.568</b>	<b>144.245</b>	<b>202.507</b>
%.....	4,8	8,6	11,9	20,3	40,2	14,2	100,0	
<b>Total em 2013</b> .....	<b>8.942</b>	<b>16.258</b>	<b>22.832</b>	<b>39.878</b>	<b>87.385</b>	<b>27.212</b>	<b>202.507</b>	<b>202.507</b>
%.....	4,4	8,0	11,3	19,7	43,2	13,4	100,0	

#### b) Despesas de operações de empréstimos e repasses

O montante de despesas de operações FINAME no período somou R\$ 6.038 mil (2013 - R\$ 10.300 mil), apropriadas em contas de resultado.

### 13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

#### a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constituição está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

#### b) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a) opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recurso, ou a sua prescrição.

#### I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

#### II - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

#### III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

#### A principal questão é:

CPMF - R\$ 114.674 mil (2013 - R\$ 109.704 mil) pleiteia, isonomicamente às Instituições financeiras, a aplicação da alíquota "Z" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas ao artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

#### IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
<b>Saldo no início do exercício de 2014</b> .....	<b>690</b>	<b>226.074</b>
Atualização monetária.....	30	16.373
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	(695)	6.734
Transferência de provisão corrente.....	-	32.505
<b>Saldo no final do exercício de 2014 (Nota 14)</b> .....	<b>25</b>	<b>274.952</b>

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

#### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.658.637 mil (2013 - R\$ 1.321.178 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

### 14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b).....	274.952	226.074
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c).....	645.649	727.421
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	152	-
Impostos e contribuições a recolher.....	2.036	3.419
<b>Total</b> .....	<b>922.789</b>	<b>956.914</b>

#### b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b).....	2.912.667	3.226.604
Provisão para riscos - civis (Nota 13b).....	72.969	66.235
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	1.608	4.324
Provisão para riscos - trabalhistas (Nota 13b).....	690	690
Outras.....	14.077	17.002
<b>Total</b> .....	<b>3.001.346</b>	<b>3.314.855</b>

### 15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social  
O capital social no montante de R\$ 2.290.000 mil (2013 - R\$ 2.290.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

#### b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
<b>Reservas de lucros</b> .....	<b>693.225</b>	<b>2.273.668</b>
- Reserva legal (1).....	229.514	209.536
- Reservas estatutárias (2).....	463.711	2.064.132

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

### b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Créditos tributários (Nota 22c e d).....	250.947	293.599
Devedores por depósitos em garantia.....	443.372	408.357
Impostos e contribuições a compensar/recuperar.....	235.979	172.113
Pagamentos a ressarcir.....	16.254	15.926
Devedores por compra de valores e bens.....	1.377	4.272
Outros.....	4.500	7.751
<b>Total</b> .....	<b>952.429</b>	<b>902.018</b>

### 9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes

...continuação



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**b)** O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

**c)** Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

**d)** Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 20);

- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

**e)** Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

**f)** Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8.10.2014 (artigo 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até essa data, ficam mantidos os valores limites atuais.

**g)** Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

## DIRETORIA

Conselho de Administração		Diretoria	
<b>Presidente</b> Lázaro de Mello Brandão	<b>Membros</b> Antônio Bornia Mário da Silveira Teixeira Júnior Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto José Alcides Munhoz	<b>Diretor-Presidente</b> Luiz Carlos Trabuco Cappi	<b>Diretores Vice-Presidentes</b> Domingos Figueiredo de Abreu Aurélio Conrado Boni Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi Alexandre da Silva Glüher Josué Augusto Pancini Maurício Machado de Minas
<b>Vice-Presidente</b> Luiz Carlos Trabuco Cappi			<b>Diretor Gerente e Diretor de Relações com Investidores</b> Luiz Carlos Angelotti
			Célio Magalhães Contador – CRC 1SP199295/O-5

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da  
**Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**  
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 31.V e 7i. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 28 de janeiro de 2015



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Cláudio Rogélio Sertório  
Contador CRC 1SP212059/O-0

# NOS NEGÓCIOS, É IMPORTANTE ESTAR NO LUGAR CERTO, NA HORA CERTA.



O Valor Econômico é o único com divulgações em todas as plataformas e mídias sociais. Perfeito para a publicação dos resultados financeiros da sua empresa. Afinal, somente um especialista em negócios, economia, legislação e finanças poderia ser leitura obrigatória para um público tão qualificado.

Fale com a nossa equipe e receba uma proposta comercial.

São Paulo: (11) 3767.1323  
Brasília: (61) 3417.3331  
Rio de Janeiro: (21) 3521.1415  
comunicacaocominvestidores@valor.com.br

f Valor RI @valor\_ri

ECONÔMICO  
**Valor**  
COMUNICAÇÃO  
COM INVESTIDORES

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores de automóveis e aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 399,6 milhões, correspondendo a R\$ 17.059,05 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3,0 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 7,46% sobre o PL médio. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Em setembro e dezembro de 2014 foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, respectivamente no montante de R\$ 147,0 milhões, pago em 26.12.2014 e 30,0 milhões, a ser pago até 31.12.2015.

Em 31 de dezembro, o total de Ativos somava R\$ 89,9 bilhões, destacando-se R\$ 55,2 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 4,1 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 82,8 bilhões de Debêntures e R\$ 144,2 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 2,9 bilhões. A Instituição possuía 429.516.170 debêntures de sua própria emissão em tesouraria no valor de R\$ 5,5 bilhões.

Em conformidade com a Instrução nº 361/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

**Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil					
	2014	2013		2014	2013
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>82.221.713</b>	<b>73.372.525</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.128.300</b>	<b>1.759.152</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	4.874	-	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12a)	65.688	87.910
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	55.222.801	57.064.819	FINAME	65.688	87.910
Aplicações no Mercado Aberto	31.578.957	25.914.189	OUTRAS OBRIGAÇÕES	<b>1.062.612</b>	<b>1.671.242</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.643.844	31.150.630	Sociais e Estatutárias	25.500	178.500
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>26.817.834</b>	<b>16.203.222</b>	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	116.863	116.982
DERIVATIVOS (Nota 6)	26.817.834	16.203.222	Diversas (Nota 14b)	920.249	1.375.760
Carteira Própria	26.760.319	15.562.286			
Vinculados à Prestação de Garantias	57.515	640.936			
<b>OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)</b>	<b>(71.431)</b>	<b>(118.529)</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>85.805.987</b>	<b>76.812.958</b>
Operações de Arrendamentos a Receber:			RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	<b>82.840.407</b>	<b>73.919.334</b>
- Setor Privado	1.870.326	2.384.431	Recurso de Debêntures	82.840.407	73.919.334
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.798.520)	(2.283.549)	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12a)	<b>78.557</b>	<b>114.597</b>
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(143.237)	(219.407)	FINAME	78.557	114.597
OUTROS CRÉDITOS	<b>207.951</b>	<b>186.701</b>	OUTRAS OBRIGAÇÕES	<b>2.887.023</b>	<b>2.779.027</b>
Rendas a Receber (Nota 8a)	42	33	Sociais e Estatutárias	805.926	839.932
Diversos (Nota 8b)	207.950	186.761	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	2.081.097	1.939.095
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(41)	(93)	Diversas (Nota 14b)	-	-
OUTROS VALORES E BENS	<b>39.684</b>	<b>36.308</b>			
Outros Valores e Bens	96.032	87.019			
Provisões para Desvalorizações	(56.348)	(50.711)			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>655.515</b>	<b>1.357.301</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)</b>	<b>2.983.225</b>	<b>4.563.677</b>
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	806	807.627	Capital:		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	806	807.627	- De Domiciliados no País	2.290.000	2.290.000
<b>OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)</b>	<b>(90.381)</b>	<b>(166.311)</b>	Reservas de Lucros	693.225	2.273.668
Operações de Arrendamentos a Receber:			Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	9
- Setor Privado	2.158.112	2.778.055			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.157.939)	(2.777.543)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(90.554)	(166.823)			
OUTROS CRÉDITOS	<b>744.479</b>	<b>715.222</b>			
Diversos (Nota 8b)	744.479	715.222			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(35)			
OUTROS VALORES E BENS	<b>611</b>	<b>763</b>			
Despesas Antecipadas	611	763			
<b>PERMANENTE</b>	<b>7.040.284</b>	<b>8.405.961</b>			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	50.451	47.324			
Participações em Coligadas:					
- No País	43.636	40.509			
Outros Investimentos	26.394	26.394			
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	<b>3.823</b>	<b>4.716</b>			
Imóveis de Uso	25.056	25.056			
Outras Imobilizações de Uso	155	155			
Depreciações Acumuladas	(21.388)	(20.495)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7i e 10)	<b>6.986.010</b>	<b>8.353.921</b>			
Bens Arrendados	10.546.184	12.378.038			
Depreciações Acumuladas	(3.560.174)	(4.024.117)			
<b>TOTAL</b>	<b>89.917.512</b>	<b>83.135.787</b>	<b>TOTAL</b>	<b>89.917.512</b>	<b>83.135.787</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.620.011</b>	<b>10.870.625</b>	<b>8.781.391</b>	<b>2.290.000</b>	<b>128.609</b>	<b>390.425</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>2.899.051</b>
Operações de Crédito (Nota 7g)	95.357	95.357	83.808	-	-	-	(17)	-	(17)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h)	1.389.794	2.904.445	3.521.729	-	-	-	-	-	-
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	4.180.486	7.870.823	5.175.854	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.298.400</b>	<b>10.184.394</b>	<b>8.002.366</b>	<b>2.290.000</b>	<b>229.514</b>	<b>463.711</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.983.225</b>
Operações de Captações no Mercado (Nota 11c)	4.258.082	7.937.993	5.194.726	-	-	-	-	-	-
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b)	2.580	6.038	10.300	-	10.905	30.188	-	(41.093)	-
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h)	1.143.514	2.372.727	2.887.018	-	-	-	-	-	-
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7i e g)	(105.776)	(132.364)	(89.878)	-	-	-	-	(177.000)	(177.000)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>321.611</b>	<b>686.231</b>	<b>779.025</b>	<b>1.627.800</b>	<b>186.945</b>	<b>2.507.093</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>4.321.857</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(54.306)</b>	<b>(96.223)</b>	<b>(96.223)</b>	<b>662.200</b>	<b>-</b>	<b>(662.200)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(27.589)	(46.830)	(39.818)	-	-	-	-	-	-
Despesas Tributárias (Nota 17)	(18.213)	(38.704)	(42.201)	-	-	-	-	-	(10)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	1.661	3.157	2.201	-	-	-	(10)	-	-
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	31.556	61.942	53.540	-	-	-	-	451.830	451.830
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(41.721)	(75.788)	(58.138)	-	22.591	219.239	-	(241.830)	-
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>267.305</b>	<b>590.008</b>	<b>694.519</b>	<b>2.290.000</b>	<b>209.536</b>	<b>2.064.132</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>4.563.677</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)</b>	<b>(22.463)</b>	<b>(41.096)</b>	<b>(38.799)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>	<b>(9)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>244.842</b>	<b>548.912</b>	<b>657.720</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>	<b>(9)</b>
<b>PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)</b>	<b>(26.749)</b>	<b>(149.355)</b>	<b>(205.890)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.803.000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.803.000)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(26.749)</b>	<b>(149.355)</b>	<b>(205.890)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>399.557</b>	<b>399.557</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>218.093</b>	<b>399.557</b>	<b>451.830</b>	<b>-</b>	<b>19.978</b>	<b>202.579</b>	<b>-</b>	<b>(222.557)</b>	<b>-</b>
Número de ações (Nota 15a)	23.422	23.422	23.422	-	-	-	-	(177.000)	(177.000)
Lucro por ação em R\$	9.311,46	17.059,05	19.290,84	<b>2.290.000</b>	<b>229.514</b>	<b>463.711</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.983.225</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro			
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>									
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	244.842	548.912	657.720	1 - RECEITAS	5.693.159	2.164,2	10.948.047	1.863,2	8.829.582
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.030.397	2.226.186	2.814.518	1.1) Intermediação Financeira	5.620.011	2.136,4	10.870.625	1.850,0	8.781.391
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(105.776)	(132.364)	(89.878)	1.2) Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	105.776	40,2	132.364	22,5	89.678
Depreciações e Amortizações	903.409	1.936.470	2.434.369	1.3) Outras	(32.628)	(12,4)	(54.942)	(9,3)	(41.487)
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	12.584	22.442	14.676	<b>2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(5.404.176)</b>	<b>(2.054,4)</b>	<b>(10.316.758)</b>	<b>(1.755,7)</b>	<b>(8.092.044)</b>
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.661)	(3.157)	(2.201)	<b>3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(27.142)</b>	<b>(10,3)</b>	<b>(45.936)</b>	<b>(7,8)</b>	<b>(38.924)</b>
Insuficiência de Depreciação	198.402	359.747	418.702	Jurídicos Processuais	(10.131)	(3,9)	(18.732)	(3,2)	(12.716)
Perda na Alienação de Bens Não de Uso Próprio	4.745	6.593	5.815	Serviços Técnicos Especializados	(4.982)	(1,9)	(9.988)	(1,7)	(11.219)
Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	18.694	36.455	32.835	Apreensão de Bens	(1.658)	(0,5)	(3.755)	(0,6)	(4.528)
<b>Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>1.275.239</b>	<b>2.775.098</b>	<b>3.472.238</b>	Serviços do Sistema Financeiro	(1.936)	(0,7)	(3.112)	(0,5)	(2.813)
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.215.925	(4.673.546)	(17.825.803)	Processamento de Dados	(3.688)	(1,4)	(4.444)	(0,8)	(2.909)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(10.320.117)	(10.614.653)	10.714.896	Propaganda, Promoções e Publicidade	(886)	(0,3)	(1.594)	(0,3)	(1.431)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(45.602)	(92.912)	(31.116)	Serviços de Terceiros	(135)	(0,1)	(322)	(0,1)	(357)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(11.004)	9.253	(7.039)	Emolumentos Judiciais e Cartorários	(158)	(0,1)	(275)	-	(1.406)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(39.458)	(58.262)	(66.431)	Contribuições Filantrópicas	(3.142)	(1,2)	(3.142)	(0,5)	(1.200)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(250.725)	(310.045)	(90.923)	Outras	(426)	(0,2)	(572)	(0,1)	(345)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(73.693)	(193.278)	(400.508)	<b>4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>261.841</b>	<b>99,5</b>	<b>585.353</b>	<b>99,7</b>	<b>698.614</b>
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>(5.249.435)</b>	<b>(13.158.345)</b>	<b>(4.234.686)</b>	<b>5 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(447)</b>	<b>(0,2)</b>	<b>(894)</b>	<b>(0,2)</b>	<b>(894)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>				<b>6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>261.394</b>	<b>99,3</b>	<b>584.459</b>	<b>99,5</b>	<b>697.720</b>
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	27	27	7	<b>7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>1.661</b>	<b>0,7</b>	<b>3.157</b>	<b>0,5</b>	<b>2.201</b>
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(711.490)	(1.777.202)	(2.664.871)	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	1.661	0,7	3.157	0,5	2.201
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	410.010	836.920	920.894	<b>8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>	<b>263.055</b>	<b>100,0</b>	<b>587.616</b>	<b>100,0</b>	<b>699.921</b>
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(42.714)	(70.015)	(53.073)	<b>9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>263.055</b>	<b>100,0</b>	<b>587.616</b>	<b>100,0</b>	<b>699.921</b>
Alienação de Bens Não de Uso Próprio</									



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82  
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

### d) Aplicações Interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável.

### e) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - são aqueles com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadraram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

### f) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

#### I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

#### II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas reificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balançar, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

#### III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

#### IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7).

#### V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

#### VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão estimada para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias .....	B
• de 31 a 60 dias .....	C
• de 61 a 90 dias .....	D
• de 91 a 120 dias .....	E
• de 121 a 150 dias .....	F
• de 151 a 180 dias .....	G
• superior a 180 dias .....	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

#### g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

## 6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

### a) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	2014			2013					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado (5)	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado (5)
<b>Títulos para negociação (3)</b> .....	<b>24.307.005</b>	<b>241.522</b>	<b>503.151</b>	<b>1.766.156</b>	<b>26.817.834</b>	<b>26.817.842</b>	<b>(8)</b>	<b>16.203.191</b>	<b>(118)</b>
Letras financeiras do tesouro .....	149.377	241.522	503.151	1.593.045	2.487.095	2.487.103	(8)	1.011.874	(118)
Certificados de depósito bancário .....	-	-	-	-	-	-	-	3.710	-
Debêntures .....	-	-	-	165.396	165.396	165.396	-	5.203	-
Letras do tesouro nacional.....	1.648.393	-	-	7.725	1.656.118	1.656.118	-	8.996.189	-
Notas do tesouro nacional.....	22.509.235	-	-	-	22.509.235	22.509.235	-	6.186.215	-
<b>Títulos disponíveis para venda (4)</b> .....	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>15</b>
Ações .....	-	-	-	-	-	-	-	31	15
<b>Total em 2014</b> .....	<b>24.307.005</b>	<b>241.522</b>	<b>503.151</b>	<b>1.766.156</b>	<b>26.817.834</b>	<b>26.817.842</b>	<b>(8)</b>	<b>16.203.222</b>	<b>(103)</b>
<b>Total em 2013</b> .....	<b>15.181.568</b>	<b>28.919</b>	<b>311.638</b>	<b>681.097</b>	<b>16.203.222</b>	<b>16.203.325</b>	-	<b>16.203.222</b>	<b>(103)</b>

- (1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, os investimentos em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco somavam R\$ 26.760.319 mil (2013 - R\$ 15.562.255 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
- (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;
- (3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante;
- (4) Em 2014 e 2013, não foram reconhecidas perdas por *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda; e
- (5) A marcação a mercado dos títulos para negociação foi registrada em contas de resultado, enquanto a dos títulos disponíveis para venda, foram registradas no patrimônio, líquidos dos impostos.

### b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em	
	2014	2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	6.037.189	3.813.487
Títulos de renda fixa .....	47.626	17.433
Títulos de renda variável .....	-	-
Fundos de investimento .....	1.785.984	1.344.934
<b>Total</b> .....	<b>8.870.823</b>	<b>5.175.854</b>

### c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

### Análise de sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacam-se, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*.

De acordo com a natureza das suas atividades, a Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil possui em seu portfólio apenas operações classificadas na Carteira *Banking*.

Fatores de riscos	Definição	Dezembro/2014			Dezembro/2013		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em Reais ..	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(158)	(49.676)	(95.452)	(252)	(70.974)	(136.479)
Renda variável.....	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	-	-	-	-	(5)	(9)
<b>Total sem correlação</b> .....		<b>(158)</b>	<b>(49.676)</b>	<b>(95.452)</b>	<b>(252)</b>	<b>(70.979)</b>	<b>(136.488)</b>
<b>Total com correlação</b> .....		<b>(158)</b>	<b>(49.676)</b>	<b>(95.452)</b>	<b>(252)</b>	<b>(70.975)</b>	<b>(136.481)</b>

Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

**Cenário 1:** Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.14 a taxa prefixada de 1 ano aplicada foi de 12,97% a.a.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e provisão de realização dos créditos tributários, estão apresentados na Nota 22.

### h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. São registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

### i) Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

### j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

### k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

As avaliações objetivas de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

### l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 13.

### m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

### n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

## 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional .....	4.874	-
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b> .....	<b>4.874</b>	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1) .....	8.722.176	16.044.560
<b>Total caixa e equivalentes de caixa</b> .....	<b>8.727.049</b>	<b>16.044.560</b>

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

## 5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

### a) Vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>							
Posição bancada .....	10.004.904	1.479.395	2.212.932	14.628.489	3.253.237	-	31.578.957
Debêntures .....	3.367.494	1.453.224	2.212.932	14.628.489	3.253.237	-	24.915.376
Letras do tesouro nacional .....	4.508.229	-	-	-	-	-	4.508.229
Notas do tesouro nacional .....	2.002.624	-	-	-	-	-	2.002.624
Outros .....	126.557	26.171	-	-	-	-	152.728
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros:</b> .....	<b>4.715.095</b>	<b>1.733.441</b>	-	-	<b>17.195.308</b>	<b>806</b>	<b>23.644.650</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	4.715.095	1.733.441	-	-	17.195.308	806	23.644.650
<b>Total em 2014</b> .....	<b>14.719.999</b>	<b>3.212.636</b>	<b>2.212.932</b>	<b>14.628.489</b>	<b>20.448.545</b>	<b>806</b>	<b>55.223.607</b>
<b>Total em 2013</b> .....	<b>12.825.527</b>	<b>4.096.737</b>	<b>3.465.462</b>	<b>13.971.626</b>	<b>22.490.591</b>	<b>1.022.503</b>	<b>57.872.446</b>

### b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em	
	2014	2013
Posição bancada .....	2.894.763	2.043.054
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros .....	3.142.426	1.770.433
<b>Total (Nota 6b)</b> .....	<b>6.037.189</b>	<b>3.813.487</b>

### Rendas de aplicações em operações compromissadas:

Posição bancada .....	2.894.763	2.043.054
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros .....	3.142.426	1.770.433
<b>Total (Nota 6b)</b> .....	<b>6.037.189</b>	<b>3.813.487</b>

## Em 31 de dezembro - R\$ mil

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

	Curso anormal						Total em		Total Geral em	
	Parcelas vincendas						2014 (C)	2013 (C)	2014 (A+B+C)	2013 (A+B+C)
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Operações de arrendamento mercantil	14.970	15.419	13.285	37.274	59.934	108.474	249.356	311.585	4.145.322	5.228.711
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.377	4.272
<b>Total em 2014</b>	<b>14.970</b>	<b>15.419</b>	<b>13.285</b>	<b>37.274</b>	<b>59.934</b>	<b>108.474</b>	<b>249.356</b>	<b>311.585</b>	<b>4.146.699</b>	<b>5.232.983</b>
<b>Total em 2013</b>	<b>18.304</b>	<b>18.893</b>	<b>15.886</b>	<b>45.813</b>	<b>74.843</b>	<b>137.846</b>				

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

**d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014	%	2013	%
Maior devedor	66.307	1,6	61.652	1,2
Vinte maiores devedores	477.743	14,0	522.632	10,0

**e) Setor de atividade econômica (1)**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014	%	2013	%
<b>Setor privado</b>	<b>4.146.699</b>	<b>100,0</b>	<b>5.232.983</b>	<b>100,0</b>
<b>Indústria</b>	<b>804.606</b>	<b>19,4</b>	<b>1.034.101</b>	<b>19,8</b>
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	154.468	3,7	221.677	4,2
Alimentícia e bebidas	119.388	2,9	152.050	2,9
Extração de minerais metálicos e não metálicos	56.381	1,4	82.497	1,6
Química	63.722	1,5	66.739	1,3
Edição, impressão e reprodução	51.821	1,2	69.508	1,3
Artigos de borracha e plásticos	73.669	1,8	88.819	1,7
Materiais não metálicos	52.125	1,3	74.956	1,4
Móveis e produtos de madeira	59.483	1,4	64.128	1,2
Têxtil e confecções	33.144	0,8	43.273	0,8
Autopeças e acessórios	38.817	0,9	54.692	1,0
Eletroeletrônica	25.768	0,6	38.603	0,7
Refino de petróleo e produção de álcool	15.828	0,4	8.986	0,2
Papel e celulose	16.418	0,4	21.856	0,4
Artefatos de couro	14.539	0,4	7.568	0,1
Veículos leves e pesados	13.970	0,3	16.434	0,3
Demais indústrias	15.065	0,4	22.315	0,4

**f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco**

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão mínima requerida								
		Curso normal	Curso anormal	Total (1)	%	Específica			Total					
						Vencidas	Vincendas	Genérica	2014	%	2013	%		
AA	-	95.665	-	95.665	2,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	458.229	-	458.229	11,1	-	-	2.291	2.291	1,0	2.545	0,6	-	-
B	1,0	3.199.685	9.815	3.209.500	77,4	5	93	31.997	32.095	13,7	14.667	3,8	14.667	3,8
C	3,0	6.623	55.178	61.801	1,5	143	1.511	199	1.853	0,8	76.794	19,9	76.794	19,9
<b>Subtotal</b>		<b>3.760.202</b>	<b>64.993</b>	<b>3.825.195</b>	<b>92,3</b>	<b>148</b>	<b>1.604</b>	<b>34.487</b>	<b>36.239</b>	<b>15,5</b>	<b>94.006</b>	<b>24,3</b>	<b>94.006</b>	<b>24,3</b>
D	10,0	17.543	52.022	69.565	1,7	688	4.514	1.754	6.956	3,0	23.186	6,0	23.186	6,0
E	30,0	4.920	27.244	32.164	0,8	1.474	6.700	1.476	9.650	4,1	19.854	5,1	19.854	5,1
F	50,0	29.475	35.255	64.730	1,6	2.761	14.867	14.738	32.366	13,8	24.154	6,3	24.154	6,3
G	70,0	1.224	20.188	21.412	0,5	3.369	10.762	857	14.988	6,4	17.607	4,6	17.607	4,6
H	100,0	18.463	115.170	133.633	3,1	38.090	77.090	18.463	133.633	57,2	207.551	53,7	207.551	53,7
<b>Subtotal</b>		<b>71.625</b>	<b>249.879</b>	<b>321.504</b>	<b>7,7</b>	<b>46.372</b>	<b>118.933</b>	<b>37.288</b>	<b>197.593</b>	<b>84,5</b>	<b>292.352</b>	<b>75,7</b>	<b>292.352</b>	<b>75,7</b>
<b>Total em 2014</b>		<b>3.831.827</b>	<b>314.872</b>	<b>4.146.699</b>	<b>100,0</b>	<b>46.500</b>	<b>118.933</b>	<b>71.775</b>	<b>233.832</b>	<b>100,0</b>				
%		92,4	7,6	100,0	100,0	49,4	30,7	100,0			386.358	100,0		
<b>Total em 2013</b>		<b>4.843.889</b>	<b>389.094</b>	<b>5.232.983</b>	<b>100,0</b>	<b>52.514</b>	<b>143.887</b>	<b>189.957</b>	<b>49,2</b>		<b>100,0</b>			
%		92,6	7,4	100,0		13,6	37,2	49,2			100,0			

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

**g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013	2014	2013
<b>Saldo inicial</b>	<b>386.358</b>	<b>499.668</b>		
Constituição (reversão) de provisão	(132.364)	(89.678)		
Baixas para prejuízo	(20.162)	(23.632)		
<b>Saldo final</b>	<b>233.832</b>	<b>386.358</b>		
- Provisão específica (1)	162.057	196.401		
- Provisão genérica (2)	71.775	189.957		
<b>Recuperação de créditos baixados como prejuízo (3)</b>	<b>95.357</b>	<b>83.808</b>		
<b>Renovação de créditos no exercício</b>	<b>50.459</b>	<b>98.293</b>		

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;  
 (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e  
 (3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

**h) Resultado das operações de arrendamento mercantil**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Receitas de arrendamento mercantil	2.904.445	3.521.729
Despesas de arrendamento mercantil	(2.372.727)	(2.887.018)
<b>Total</b>	<b>531.718</b>	<b>634.711</b>

**i) O imobilizado de arrendamento é composto como segue:**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Veículos e afins	4.919.851	6.561.096
Máquinas e equipamentos	2.892.608	3.344.955
Outros	2.596.859	2.327.065
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquida) (Nota 3f - IV)	(136.866)	(144.922)
<b>Total de bens arrendados</b>	<b>10.546.184</b>	<b>12.378.038</b>

**9) INVESTIMENTOS**

**a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial":**

Empresas	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Lucro líquido ajustado	Valor contábil				
						2014	2013			
Aquarius Holdings Ltda.	37.400	71.841	-	7.293	19.500	4.599	14.009	13.121	897	648
Serel Participações em Imóveis S.A.	260.000	1.693.462	257	-	1.7807	126.732	29.627	27.388	2.260	1.553
<b>Total</b>							<b>43.636</b>	<b>40.509</b>	<b>3.157</b>	<b>2.201</b>

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável.

**b) Outros investimentos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Aplicações por incentivos fiscais	25.989	25.989
Títulos patrimoniais	3	3
Outros investimentos	402	402
<b>Subtotal</b>	<b>26.394</b>	<b>26.394</b>
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(19.579)
<b>Total</b>	<b>6.815</b>	<b>6.815</b>

**10) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Taxa	Custo	Custo líquido de depreciação	
			2014	2013
Imóveis de uso:				
- Terrenos	-	2.713	-	2.713
- Edificações	4%	22.343	(21.233)	1.110
Outras imobilizações de uso	20%	155	(155)	-
Imobilizado de arrendamento		10.546.184	(3.560.174)	6.986.010
<b>Total em 2014</b>		<b>10.571.395</b>	<b>(3.581.562)</b>	<b>6.989.833</b>
<b>Total em 2013</b>		<b>12.403.249</b>	<b>(4.044.612)</b>	<b>8.358.637</b>

**11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES**

a) A sociedade mantém registros na CVM de distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				2014	2013
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	2025	100% CDI	11.833.754	10.679.623
Fevereiro/2005 (2)	4.050.000	2025	100% CDI	11.976.189	10.808.166
Fevereiro/2005 (3)	8.775.000	2025	100% CDI	25.857.089	23.376.285
Janeiro/2008 (4)	6.750.000	2028	100% CDI	13.222.998	11.953.483
Junho/2011 (5)	4.750.000	2016	100% CDI	6.541.627	5.903.531
Junho/2011 (5)	4.750.000	2021	100% CDI	6.458.660	5.828.754
Outubro/2012 (6)	10.000.000	2032	100% CDI	6.950.090	5.369.392
<b>Total</b>	<b>43.075.000</b>			<b>82.840.407</b>	<b>73.919.334</b>

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 53.333 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 15.799 mil.
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 72.520 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 21.483 mil.

Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:

- Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2006, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 465.395 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 137.868 mil.

Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:

- Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 113.547 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 22.281 mil.
- Simplex, 150.000.000 (6ª emissão, duas séries, sendo 95.000.000 cada série), com valor unitário de R\$ 50,00, com data de emissão em 20 de junho de 2011, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 9,5 bilhões, com prazo de 5 anos a 1ª série e 10 anos a 2ª série, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 1.204.888 debêntures da 2ª série em tesouraria, no valor de R\$ 82.968 mil.
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10,0 bilhões, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10,0 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 427.606.487 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 5.192.063 mil.

**b) Repactuação de debêntures**

Em 2 de janeiro de 2013, houve a repactuação das debêntures, relativa à 5ª emissão com vencimento para 2028, conforme AGE do Conselho de Administração, realizada em 4 de dezembro de 2012, deliberando:

- Juros Remuneratórios: a partir de 2 de janeiro de 2013 e até 2 de janeiro de 2028, as Debêntures renderão juros equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, incidente sobre o valor nominal da debênture, *pro rata temporis*; e
- Esclarecer que permanecem inalteradas todas as demais características das Debêntures.

**c) Despesas de debêntures**

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures no período somou R\$ 7.937.993 mil (2013 - R\$ 5.194.726 mil), apropriadas em contas de resultado.

**12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAIS**



# Bradesco Leasing

## Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82  
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

##### a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, na qual que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

##### b) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

##### I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

##### II - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

##### III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

##### A principal questão é:

CPMF - R\$ 114.674 mil (2013 - R\$ 109.704 mil) pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

##### IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do exercício de 2014	690	66.235	226.074
Atualização monetária	30	-	16.373
Constituições líquidas de reversões e baixas	(695)	6.734	-
Transferência de provisão corrente	-	-	32.505
<b>Saldo no final do exercício de 2014 (Nota 14)</b>	<b>25</b>	<b>72.969</b>	<b>274.952</b>

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

##### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.658.637 mil (2013 - R\$ 1.321.178 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

#### 14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

##### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b)	274.952	226.074
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 22c)	645.649	727.421
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	152	-
Impostos e contribuições a recolher	2.036	3.419
<b>Total</b>	<b>922.789</b>	<b>956.914</b>

##### b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b)	2.912.667	3.226.604
Provisão para riscos - cíveis (Nota 13b)	72.969	66.235
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.608	4.324
Provisão para riscos - trabalhistas (Nota 13b)	25	690
Outras	14.077	17.002
<b>Total</b>	<b>3.001.346</b>	<b>3.314.855</b>

#### 15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.290.000 mil (2013 - R\$ 2.290.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

##### b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Reservas de lucros	693.225	2.273.668
- Reserva legal (1)	229.514	209.536
- Reservas estatutárias (2)	463.711	2.064.132

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

##### c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2014	2013
Lucro líquido	399.557	451.830
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(19.978)	(22.591)
<b>Base de cálculo</b>	<b>379.579</b>	<b>429.239</b>
Dividendos propostos (1)	-	-
Juros sobre o capital próprio (2)	177.000	210.000
Imposto de renda retido na fonte	(26.550)	(31.500)
<b>Valor líquido a pagar</b>	<b>150.450</b>	<b>178.500</b>
Percentual em relação à base de cálculo	39,6%	41,6%
<b>Valor em Reais por ação</b>	<b>6.423,45</b>	<b>7.621,04</b>

(1) Não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido ao juros sobre o capital próprio distribuídos ser superior ao mínimo obrigatório de 25%; e

(2) A Reunião da Diretoria de 30.9.2014 declarou juros sobre o capital próprio provisionados no montante de R\$ 147.000 mil pagos em 26.12.2014 e a Reunião da Diretoria de 22.12.2014 no montante de R\$ 30.000 mil a serem pagos até 31.12.2015. A Reunião da Diretoria de 27.6.2014 declarou dividendos no valor de R\$ 1.603.000 mil, à conta Reservas de Lucros - Estatutária, pagos na mesma data.

#### 16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Jurídicas processuais	18.732	12.716
Serviços técnicos especializados	9.988	11.219
Aprensão de bens	3.755	4.528
Serviços do sistema financeiro	3.112	2.813
Processamento de dados	4.444	2.909
Emolumentos judiciais e cartorários	275	1.406
Propaganda, promoções e publicidade	1.594	1.431
Depreciações e amortizações	894	894
Serviços de terceiros	322	357
Contribuições filantrópica	3.142	1.200
Outras	572	345
<b>Total</b>	<b>46.830</b>	<b>39.818</b>

#### 17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Contribuição à Cofins	20.667	26.795
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5.938	7.261
Contribuição ao PIS	3.359	4.354
Outras (1)	8.740	3.791
<b>Total</b>	<b>38.704</b>	<b>42.201</b>

(1) Refere-se basicamente a despesas com IPVA de veículos arrendados.

#### 18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Variações monetárias ativas	51.674	37.933
Aditivos contratuais	8.148	9.903
Reversão de outras provisões	2.108	4.108
Outras	12	1.506
<b>Total</b>	<b>61.942</b>	<b>53.450</b>

#### 19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Descontos concedidos	23.012	30.252
Variações monetárias passivas	16.546	11.773
Outras provisões operacionais	14.016	5.512
Indenizações pagas	-	2.508
Doações	14.456	7.679
Juros e multas (1)	7.725	-
Outras	93	414
<b>Total</b>	<b>75.788</b>	<b>58.138</b>

(1) Refere-se ao pagamento de auto infração sobre IR/CSLL do exercício de 2008.

#### 20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(36.455)	(32.835)
Resultado na alienação de outros valores e bens	(6.593)	(5.815)
Aluguéis	1.952	1.851
<b>Total</b>	<b>(41.096)</b>	<b>(36.799)</b>

#### 21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014	2013	2014	2013
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
<b>Disponibilidades (Nota 4):</b>				
Banco Bradesco S.A.	4.874	-	-	-
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5):</b>				
Banco Bradesco S.A.	19.609.850	29.947.867	2.834.553	1.673.884
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	4.034.800	2.010.390	307.873	96.549
<b>Aplicações no mercado aberto (Nota 5):</b>				
Banco Bradesco S.A.	31.578.957	25.914.189	2.894.763	2.043.054
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio:</b>				
Banco Bradesco S.A. (Pagar)	(25.500)	(178.500)	-	-
Outras Coligadas (Receber)	30	21	-	-
<b>Debêntures (Nota 11):</b>				
Banco Bradesco S.A.	(82.840.407)	(73.919.334)	(7.937.993)	(5.194.726)
<b>Aluguel (Nota 20):</b>				
Banco Bradesco S.A.	-	-	1.952	1.851

#### b) Abertura por vencimento e taxa

	Taxa	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2014	2013
<b>I - Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5a):</b>			
2014	CDI 100%	-	31.150.630
2015	CDI 100%	23.643.844	-
2016	CDI 100%	-	806.900
2025	CDI 100,5%	806	727
<b>Total</b>		<b>23.644.650</b>	<b>31.958.257</b>
<b>II - Aplicações no mercado aberto (Nota 5a):</b>			
2014	CDI 100%	-	25.877.878
2015	SELIC 100%	6.510.853	-
2015	CDI 100%	25.068.104	36.311
<b>Total</b>		<b>31.578.957</b>	<b>25.914.189</b>

#### c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco. A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

#### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

#### 22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

##### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>548.912</b>	<b>657.720</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%	(219.565)	(263.088)
<b>Efeitos no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em coligadas	1.263	880
Despesas indutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(6.426)	(36.310)
Juros sobre o capital próprio a pagar	70.800	84.000
Outros valores	6.573	8.628
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(149.355)</b>	<b>(205.890)</b>

##### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
<b>Impostos correntes:</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(106.703)	(168.044)
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/(realização) no período, sobre adições temporárias	(42.652)	(37.846)
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>(42.652)</b>	<b>(37.846)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(149.355)</b>	<b>(205.890)</b>

##### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2013	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	189.427	-	52.945	136.482
Provisões cíveis	26.494	3.239	545	29.188
Provisões fiscais e trabalhistas	52.514	6.550	1.244	57.820
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	4.877	-	-	4.877
Provisão para desvalorização de bens não de uso	19.499	14.583	12.328	21.754
Outros valores	788	143	105	826
<b>Total dos créditos tributários (Nota 8b)</b>	<b>293.599</b>	<b>24.515</b>	<b>67.167</b>	<b>250.947</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas (Notas 14a e 22e)</b>	<b>727.421</b>	<b>13.676</b>	<b>95.448</b>	<b>645.649</b>
<b>diferidas</b>	<b>(433.822)</b>	<b>10.839</b>	<b>(28.281)</b>	<b>(394.702)</b>

##### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2015	35.268	20.494	55.762
2016	35.268	20.494	55.762
2017	28.205	16.679	44.884
2018	28.203	16.679	4



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## DIRETORIA

Conselho de Administração		Diretoria		
<b>Presidente</b> Lázaro de Mello Brandão	<b>Membros</b> Antônio Bornia Mário da Silveira Teixeira Júnior Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto José Alcides Munhoz	<b>Diretor-Presidente</b> Luiz Carlos Trabuco Cappi	<b>Diretores Vice-Presidentes</b> Domingos Figueiredo de Abreu Aurélio Conrado Boni Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi Alexandre da Silva Glüher Josué Augusto Pancini Maurício Machado de Minas	<b>Diretor Gerente e Diretor de Relações com Investidores</b> Luiz Carlos Angelotti

Célio Magalhães  
Contador – CRC 1SP199295/O-5

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

**Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**  
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 31V e 7I. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 28 de janeiro de 2015



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Cláudio Rogério Sertório  
Contador CRC 1SP212059/O-0

## Sumário Caderno Empresarial 2

<b>BALANÇO</b>	
BRANDESCO LEASING SA - ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	3



## Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

- Modernidade: empresa pioneira no uso da Tecnologia de Certificação Digital na administração pública.
- Solidez e credibilidade: mais de 100 anos atuando com empreendedorismo, transparência e compromisso social.
- Excelência em qualidade: Autoridade Certificadora com ISO 9001:2008 em Certificação Digital.
- Garantia: alto nível em Segurança da Informação.

Conheça tudo o que a Certificação Digital da Imprensa Oficial pode oferecer para você.

[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)



## Diário Oficial Empresarial 2 Estado de São Paulo

Volume 125 • Número 33 Página 7  
São Paulo, sexta-feira, 20 de fevereiro de 2015

